

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 90054/2024
PREGÃO ELETRÔNICO – MODO DE DISPUTA ABERTO
NUP: 61984.003666/2024-63

O Departamento de Obtenção, por ordem da Diretoria da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, torna público para conhecimento dos interessados que, esta Empresa, situada no Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, 2º andar, Ilha das Cobras, Centro, RJ, realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para contratação de prestação de serviço de Seguro de Vida e Acidentes Pessoais com cobertura de Funeral (em forma de reembolso) para os empregados e membros da Diretoria da EMGEPRON e Acidentes Pessoais para estagiários. A sessão pública será realizada pela Internet, nos termos do Decreto nº 10.024/19 e em conformidade com os ritos da Lei n.º 14.133/21, na fase externa, com Lei n.º 13.303/16, Lei Complementar n.º 123/06, Lei Complementar n.º 139/11, Lei Complementar n.º 147/14, Decreto n.º 8.538/15, Decreto n.º 7.203/10, do Regulamento de Licitações da EMGEPRON – RCA-017/2018, e as penalidades previstas no artigo 185 da Lei n.º 14.133/21, devidamente atualizados, com as demais normas legais pertinentes e com o que está estabelecido neste Edital.

1 – DA APROVAÇÃO JURÍDICA

1.1 – A minuta do presente Edital foi aprovada pelo Parecer n.º 01/245/2025 do Departamento Jurídico da EMGEPRON, nos termos do parágrafo 2º do art. 33, do Anexo A do RCA/017-2018 da EMGEPRON.

2 – DOS EVENTOS

2.1 – Recebimento das proposições de preços de 15/01/2025 até as 09h do dia 31/01/2025, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço www.compras.gov.br.

2.2 – Sessão pública na Internet para recebimento dos lances: início às 09h30 do dia 31/01/2025 no endereço www.compras.gov.br.

2.3 – Todos os horários estabelecidos neste edital observarão o horário de Brasília/DF.

3 – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

3.1 – Contratação de prestação de serviço de Seguro de Vida e Acidentes Pessoais com cobertura de Funeral (em forma de reembolso) para os empregados e membros da Diretoria da

EMGEPRON e Acidentes Pessoais para estagiários, conforme detalhado no item 04 do Termo de Referência.

3.2 – O valor máximo que Administração pretende pagar por este objeto, fruto de pesquisa mercadológica, é de R\$ 351.268,68 (trezentos e cinquenta e um mil duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

3.3 – No valor estão inclusos:

I) Todos os materiais, fretes, componentes empregados, manobras e movimentações de equipamentos para execução integral e perfeita do objeto contratado;

II) Todos os tributos, custos, seguros e encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre a Contratada para execução integral e perfeita do objeto contratado; e

III) Todas as despesas com seu pessoal, tais como mão de obra, deslocamentos, estadias, diárias.

4 – DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1 – O objeto da contratação, conforme preconizado no Acordo Coletivo de Trabalho, será disponibilizado na forma de Adesão Voluntária, a todos os empregados da EMGEPRON; inclusive os afastados por motivo de saúde e os cedidos a outros órgãos / empresas públicas.

4.2 – Os membros da Diretoria Executiva poderão aderir ao benefício de forma voluntária.

4.3 – O objeto da contratação para os estagiários será automática de acordo com o art. 9º, inciso IV da Lei do Estágio nº 11.788/2008.

4.4 – As apólices dos empregados/membros da Diretoria deverá ser gerada separadamente a dos estagiários.

4.5 – A vigência da apólice será de 12 meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, até o limite de 60(sessenta) meses.

4.6 – Das faixas etárias:

4.6.1 – Tabela demonstrativa das faixas etárias dos empregados da EMGEPRON candidatos ao Seguro de Vida:

IDADE	Nº DE EMPREGADOS	PERCENTUAL (%)
De 18 a 40 anos	185	24,54
De 41 a 50 anos	206	27,32
De 51 a 60 anos	188	24,93
De 61 a 64 anos	71	9,42

Acima de 65 anos	104	13,79
Total	754	100

4.6.2 – Estagiários, Seguro de Acidentes Pessoais, total 29 – Faixa etária 18 a 47 anos.

4.6.3 – Dos 611 empregados atualmente segurados, o mais idoso possui 89 anos até janeiro de 2025.

4.6.4 – Do total de segurados 14 (quatorze) estão afastados por auxílio-doença, 01 (um) por acidente de trabalho e 10 (dez) aposentados por invalidez.

4.6.5 - O número de empregados é variável de acordo com o quantitativo repassado para contratada por relatório, a cada mês.

4.7 – Das importâncias seguradas individualmente:

4.7.1 – O Seguro tem por objetivo garantir o pagamento de indenização ao segurado e aos seus beneficiários, a saber:

EMPREGADOS / MEMBROS DA DIRETORIA	TIPO	INDENIZAÇÃO	CAPITAL SEGURO
	Morte Natural	R\$ 65.000,00	100%
	Morte acidental	R\$ 65.000,00	100%
	Invalidez Permanente por Acidente(IPA)	R\$ 65.000,00	100%
	Auxílio Funeral	R\$ 4.000,00	100%

ESTAGIÁRIOS	TIPO	INDENIZAÇÃO	CAPITAL SEGURO
	Morte acidental	R\$ 19.000,00	100%
	Invalidez Permanente por Acidente(IPA)	R\$ 19.000,00	100%

4.7.2 – A Empresa participará, no máximo, com 50% do valor do prêmio, o restante será custeado pelo Empregado/Membro da Diretoria e 100% dos estagiários.

4.8 – Dos beneficiários:

4.8.1 – Serão considerados beneficiários todos aqueles informados pelo Segurado no cartão proposta ou documento equivalente da Seguradora.

4.8.2 – A falta de indicação de beneficiário(s) pelo Segurado, não constituirá impedimento para a liquidação do Sinistro, prevalecendo neste caso, como beneficiários, seus herdeiros legais, conforme o artigo 1.829 da Lei nº 10.406 de Janeiro de 2002 e o artigo 792 do Código Civil Brasileiro.

4.9 – Das definições:

4.9.1. MORTE NATURAL (MN): pagamento de indenização no caso de morte por doença ou falência orgânica do segurado.

4.9.2. MORTE ACIDENTAL (MA): pagamento de indenização no caso de morte do segurado por acidente.

4.9.3. INVALIDEZ POR ACIDENTE (IPA): pagamento de indenização em caso de invalidez definitiva, total ou parcial de membro, órgão, sentido ou função decorrente de acidente pessoal. Deverá ser observada atentamente a tabela para cálculo da indenização com os percentuais mínimos previstos pela SUSEP.

4.10 – Do auxílio-funeral:

4.10.1 – O auxílio-funeral é individual para o titular.

4.10.2 – Essa cobertura visa ressarcir despesas com o funeral até o valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), a ser pago ao(s) responsável(is) pelas despesas do funeral, não incluso os estagiários.

4.10.3 – O ressarcimento das despesas será realizado mediante a apresentação dos comprovantes originais.

4.11 – Das condições:

4.11.1 – Todo o empregado em atividade da EMGEPRON (ativos, cedidos ou em afastamento) poderá fazer sua adesão, desde que não haja restrições no cartão proposta da seguradora.

4.11.2 – Poderão ser efetuadas a qualquer tempo inclusões, exclusões e alterações de beneficiários. As alterações serão formalizadas pela EMGEPRON até o último dia útil do mês da admissão ou retorno do empregado, em caso de afastamento, ou em data previamente acordada com a contratada.

4.11.3 – Os empregados incluídos estarão segurados a partir da análise da seguradora e respectiva implantação na folha de pagamento.

4.11.4 – O valor do prêmio será computado na fatura do mês em que ocorreu a inclusão.

4.11.5 – Os segurados que vierem a se afastar, por qualquer motivo, durante o período da vigência da apólice contratada, terão as coberturas preservadas como se em atividade

estivessem, uma vez que a EMGEPRON recolherá os prêmios integralmente.

4.11.6 – O Segurado a qualquer tempo poderá substituir/incluir o(s) beneficiários do Seguro de Vida.

4.11.7 – Para efeito do pagamento da indenização e auxílio-funeral não devem ser considerados nenhum tipo de carência.

4.11.8 – Na ocorrência de divergências sobre a causa, natureza ou extensão das lesões, bem como a avaliação da incapacidade, o Segurado deve ser submetido a uma junta médica constituída por 03 (três) membros, sendo um nomeado pela seguradora, outro pela EMGEPRON e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados. Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado; os do terceiro serão pagos em partes iguais pela EMGEPRON e pela Seguradora.

4.12 – Do pagamento aos Sinistrados

4.12.1 – No caso de solicitação de documentação e/ou informação complementar, o prazo para a liquidação do sinistro será suspenso, voltando a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

4.12.2 – O prazo para a liquidação de sinistro será de até 30 (trinta) dias corridos após a entrega completa da documentação, conforme circular SUSEP/MF nº 305/2005, art. 72 § 1º.

4.12.3 – Fica estabelecido que o não pagamento da indenização no prazo previsto neste Termo de Referência, implicará na aplicação de correção monetária e juros de mora a partir do dia subsequente ao término do prazo previsto.

4.12.4 – Relação de sinistros ocorridos nos últimos dois anos:

COBERTURA	DATA AVISO	MÊS/ANO SINISTRO	STATUS
Morte Natural	28/06/2023	JUN/2023	Liquidado
Funeral	28/06/2023	JUN/2023	Liquidado
Acidente	08/09/2023	SET/2023	Liquidado
Morte Natural	25/01/2024	MAI/2021	Liquidado
Morte Natural	26/02/2024	FEV/2024	Liquidado
Funeral	26/02/2024	FEV/2024	Liquidado
Morte Acidental	13/03/2024	MAR/2024	Liquidado
Funeral	13/03/2024	MAR/2024	Liquidado

O quantitativo de empregados é variável de acordo com o relatório repassado para contratada a cada mês.

5 – DOS ANEXOS

5.1 – Fazem parte integrante do Edital os seguintes Anexos:

a) Termo de Referência – **ANEXO A**;

Apêndice I – Planilha Formação de Preços.

b) Minuta de Contrato – **ANEXO B**;

Apêndice II – Matriz de Risco.

c) Planilha de Proposta – **ANEXO C**;

e) Declaração de Antinepotismo – **ANEXO D**; e

f) Termo de Consentimento Para Tratamento de Dados Pessoais – **ANEXO E**.

6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Da participação

6.1 – Poderão participar desta licitação, empresas nacionais ou estrangeiras, com sede ou representante legal domiciliado no Brasil, que atendam as condições deste Edital.

6.2 – Para a participação nesta licitação, é necessário que o interessado esteja credenciado no SICAF.

Do Procedimento para credenciamento junto ao Provedor do Sistema

6.3 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta no “Manual do Pregão Eletrônico Tradicional para Fornecedores”, disponibilizado no endereço www.compras.gov.br.

6.4 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.5 – Tal credenciamento, conforme normas do site www.compras.gov.br, depende de registro cadastral atualizado no SICAF.

6.6 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilização legal do licitante e de seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.7 – É de exclusiva responsabilidade do licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante. Não cabe ao Provedor do Sistema ou à EMGEPRON, promotora da presente licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, mesmo que por terceiros.

7 – DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR

7.1 – Estará impedida de participar de licitações a empresa:

a) que esteja organizada sob a forma de consórcio;

- b) cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;
- c) suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista;
- d) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- e) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- f) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- g) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- h) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; e
- i) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

7.2 – Também estarão impedidas:

- a) à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - 1) dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;
 - 2) empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; e
 - 3) autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.
- c) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

7.3 – Para cumprimento do exposto acima, serão consultados o Sistema Integrado de Cadastro de Fornecedores – **SICAF**, o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS** e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP** que são emitidos no portal de Certidões da Administração Pública Federal – TCU/certidões consolidadas.

8 – REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 – O regime de execução do objeto desta licitação se dará por Empreitada por Preço Unitário.

9– DA SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

9.1 – Os licitantes serão obrigados a declarar, quando houver, a superveniência de qualquer fato impeditivo da habilitação que importe em alteração de suas condições de participação neste processo, sujeito às penalidades legais (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

9.2 – A comprovação citada no subitem anterior deverá ser realizada no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

10 – DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

10.1 – Para fins de habilitação ao certame, os interessados se obrigam a satisfazer os requisitos relativos a:

Da Habilitação Jurídica

10.2 – Será exigida a seguinte documentação para habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato, registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

10.3 - Cédula de identidade, no caso de pessoa física e para o(s) representante(s) legal(is) da(s) Licitante.

10.3.1 - Procuração, ou outra forma de instrumento de mandato, para o(s) representante(s) legal(is) da(s) Licitante(s), quando estes não sejam seus representantes legais na forma da documentação referida nas alíneas b), c) e d).

Da Regularidade Fiscal /Trabalhista

10.4 – A regularidade Fiscal será comprovada com a apresentação da seguinte documentação:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
- c) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS); e
- d) Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

10.5 – A entrega do SICAF, dentro da validade, substituirá as certidões que nele consistem.

Da Qualificação Técnica

10.6 - A qualificação técnica da contratada será comprovada com a apresentação dos seguintes documentos:

10.6.1 -A contrata deverá apresentar: no mínimo um atestado em nome de empresa participante de licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, cliente do serviço que deverá ser compatível e similar, em características técnicas e qualidades, com as especificadas no Termo de Referência. O atestado deverá conter nome, endereço e o telefone de contato, ou qualquer outro meio que permita a EMGEPRON manter contato com a empresa que forneceu o - atestado;

10.6.2 Certidão de regularidade expedida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, dentro do prazo de validade, informando que a licitante não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, intervenção, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem estar cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP; e

10.6.3 -Certidão de regularidade expedida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, dentro do prazo de validade, informando que a licitante não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, intervenção, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem estar cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP; e

Da Qualificação Econômico-Financeira

10.7 – A qualificação econômico-financeira será comprovada com a apresentação dos seguintes documentos:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta; e

b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso.

10.7.1 – A comprovação da situação financeira da empresa licitante será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$
$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

10.7.2 – As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), ou Solvência Geral (SG), ou Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido com valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta.

Das Declarações do Sistema COMPRASGOV

10.8 – Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, realizado no endereço eletrônico www.compras.gov.br, relativo às seguintes declarações:

10.8.1 – Declaração de Cumprimento ao Inciso XXXIII do art. 7º da CF – Proibição ao Emprego de Menores.

10.8.2 – Declaração de Elaboração Independente de Proposta realizada no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

10.8.3 – Declaração de Ciência do Edital para comprovação de ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como do cumprimento pleno dos requisitos de habilitação definidos no Edital.

10.8.4 – Quando for o caso, Declaração de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para comprovação do cumprimento do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e, assim, usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.8.5 – Declaração de Fato Superveniente para comprovação até a presente data da inexistência de fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

10.8.6 – Declaração de Acessibilidade para comprovação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, da ciência do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa licitante, do atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação.

10.8.7 – Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado para comprovação de não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho

degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

10.8.8 – Declaração de Cota de Aprendizagem para comprovação do **cumprimento da cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.**

10.8.9 - As declarações citadas nos itens de **10.10.1** a **10.10.8**, acima, serão impressas pelo(a) Pregoeiro(a), em forma de relatório no sistema do COMPRASGOV, no final da sessão pública.

Declaração de Antinepotismo

10.9 – O licitante deverá, apresentar a Declaração de Antinepotismo, conforme o modelo do **ANEXO D** deste Edital, para comprovar atendimento ao art. 7º do Decreto nº 7.203/2010 e ao Inciso II do parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 13.303/2016.

Do Termo de Consentimento – LGPD – Governança EMGEPRON

10.10 – Para finalidade da efetiva participação da empresa da LICITANTE, a EMGEPRON fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

10.11 – A LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial o que trata a Lei nº 13.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a se mostrar necessário, em conformidade com este edital.

10.12 – A EMGEPRON e a LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

10.13 - A LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

10.14 - Para atendimento ao disposto na Lei n.º 13.709/18, a Licitante deverá preencher e apresentar junto a documentação de habilitação o Termo de Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais, conforme **ANEXO E**.

11 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 – A **proposta de preços** deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Ser apresentada, obrigatoriamente, conforme a **Planilha de Proposta de Preços – ANEXO C**;

- b) Apresentar-se em uma única via, em papel timbrado do Licitante, digitada, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, datada, numeradas sequencialmente e assinada pelo representante legal do Licitante;
- c) Ser objetiva e precisa, contendo, necessariamente, todas as especificações do objeto que fornecerá; ser limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza a classificação a ter mais de um resultado. Não serão admitidas informações como **“conforme especificado no Edital”**;
- d) Ter, obrigatoriamente, **validade declarada de proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias** corridos, a contar da data de abertura da sessão pública na INTERNET, e se constar qualquer data inferior a solicitada acima, será considerada a exigida neste Edital; e
- e) Apresentar valores em moeda corrente, em cifras numéricas, com duas casas decimais e consolidadas por extenso. Nos preços propostos estarão computadas todas as despesas, custos, insumos, seguros e demais obrigações legais, fiscais e tributárias que forem necessárias para cumprir com a execução do serviço e/ou fornecimento do material, objeto desta Licitação.

11.2 – O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear ou reivindicar qualquer alteração a título de revisão de preço, compensação ou reembolso sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.3 – O valor da proposta do licitante deverá, obrigatoriamente, refletir o seu último valor ofertado após a negociação com a Pregoeira.

11.4 – Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações técnicas constantes no Edital e Anexos, o licitante deverá obedecer ao Edital.

Da Inexequibilidade

11.5 – O (a) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que este seja demonstrado, na falta desta comprovação a licitante poderá ser desclassificada.

12 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

12.2 - O sistema ordenará automaticamente as propostas cadastradas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.3 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

12.4 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por

meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.5 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixo para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

12.6 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado, inclusive os lances intermediários, e registrado pelo sistema.

12.7 – O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 100,00 (cem reais).

12.8 – O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

12.9 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.10 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.11 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.12 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.13 – Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

12.14 – Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

12.14.1 – Na hipótese do item anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

12.15 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.16 – **Durante o transcurso da sessão pública (ou seja, no momento em que o Pregão estiver acontecendo)**, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance

registrado, vedada a identificação do licitante.

12.17 – O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

12.18 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Desconexão do sistema na etapa de lances

12.19 - No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

12.20 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Da negociação da proposta

12.21 – Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) convocará a licitante 1ª classificada para negociar o preço proposto.

12.22 – Com o aceite da licitante, do valor proposto na negociação, via sistema e por meio do chat, a licitante vencedora será convocada a anexar a proposta com o valor negociado.

12.23 – Em caso de não aceitação do valor proposto pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante será convocada conforme item 12.22 acima.

12.24 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.25 – Ainda na negociação o(a) Pregoeiro(a), poderá solicitar acompanhado da proposta negociada, a comprovação da exequibilidade da proposta conforme disposto no item 11.5 deste Edital, devendo a mesma anexar no sistema os documentos comprobatórios.

12.26 – Após a negociação, o(a) Pregoeiro(a) informará, via sistema o prazo de envio da proposta negociada.

12.27 – Após a análise da proposta enviada na negociação e aceite pelo(a) Pregoeiro(a), será concedido o prazo mínimo de 10 (dez) minutos, para intenção de recursos relacionados ao aceite da proposta, findado esse prazo, sem a intenção de recurso ou com a intenção de recurso, será solicitada a documentação de habilitação da licitante cuja proposta foi aceita, abrindo prazo para entrega que deverá ser no mínimo de 2 (duas) horas.

13 – JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

13.1 – De posse da Documentação enviada via sistema o (a) Pregoeiro(a) verificará o

atendimento das condições de habilitação do licitante cuja proposta foi aceita.

13.2 – A EMGEPRON poderá utilizar os documentos que compõem o SICAF para fins habilitatórios.

13.3 – Constatado que a LICITANTE atendeu a todas as exigências de habilitação do Edital, o (a) Pregoeiro(a) declarará, via sistema, a sua habilitação, e será aberta a contagem do prazo mínimo de 10 (dez) minutos para a intenção de recursos.

13.4 – O sistema do COMPRASGOV nesta fase permitirá o acesso ao Licitante que manifestou interesse em recorrer contra a decisão do(a) Pregoeiro(a), para anexar a razão do recurso e ao recorrido a contrarrazão, nos prazos previstos no item 15 deste edital.

13.5 – Será considerado inabilitado o licitante:

- a) Que possua registro de ocorrência que o impeça de licitar e contratar com a EMGEPRON ou com a Administração Pública, ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) Que deixe de apresentar a documentação solicitada ou em desacordo com as disposições deste Edital; e
- c) Cujas amostras tenham sido recusadas (quando houver).

13.6 – Serão desclassificadas as propostas de preços:

- a) Que não atendam aos requisitos estabelecidos neste Edital; e
- b) Cujos valores sejam diferentes do valor negociado no sistema com o(a) Pregoeiro(a) e não atendida a correção em diligência realizada, ao final da etapa de lances.

13.7 – Se a proposta de preços ou a documentação apresentada para habilitação não atenderem às exigências do edital, o(a) Pregoeiro(a) convocará o licitante subsequente, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até que um licitante atenda a todas as exigências do Edital.

13.8 – Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL** sobre o valor estimado/máximo da licitação e atender a todas as exigências do Edital.

14 – DAS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

14.1 – As ME e as EPP, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que haja alguma restrição (**Caput do art. 43, da Lei Complementar n.º 123/06**).

14.2 – Caso haja restrição na regularidade fiscal, a regularização, inclusive com emissão de certidões, deverá ocorrer no prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da

Administração, contados a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame (§ 1º, art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/14).

14.3 – A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 82, 83 84 da Lei nº 13.303/16. É facultado à Administração revogar a licitação ou convocar os licitantes remanescentes para a assinatura do contrato na ordem de classificação (§ 2º, art. 43, da Lei Complementar nº 123/06).

Do Empate entre empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06.

14.4 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06, será realizado sorteio para que se identifique a empresa que primeiro poderá apresentar melhor oferta (inciso III, art. 45, da Lei Complementar nº 123/06).

14.5 – Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo Sistema Eletrônico dentre as propostas empatadas.

14.6 – Entende-se, por empate, as situações em que as propostas apresentadas pelas empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06 sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

14.7 – Na modalidade de Pregão, o intervalo percentual estabelecido no item 15.6 será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

14.8 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – A empresa enquadrada na Lei Complementar nº 123/06 mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado, em seu favor, o objeto licitado;

II – Não ocorrendo a contratação da empresa enquadrada na Lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos itens 14.6 e 14.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens 14.6 e 14.7, será realizado sorteio para que se identifique aquela empresa que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.9 – Na hipótese da não-contratação de empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

14.10 – O procedimento de desempate descrito acima acontecerá somente quando a melhor

oferta inicial não tiver sido apresentada pelas empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06.

14.11 – No caso de Pregão, a empresa enquadrada na Lei Complementar nº 123/06, mais bem classificada, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Do empate entre as Empresas de Grande Porte

14.12 – Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36 do Decreto nº 10.024/19.

14.13 – Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas (**art. 37, Parágrafo Único**).

15 – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

Da impugnação

15.1 – Eventual impugnação ao presente Edital deverá ser apresentada à EMGEPRON, devidamente instruída, até 3 (três) dias úteis da data fixada para abertura da sessão pública desta licitação.

15.2 – O prazo para o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, decidir sobre a impugnação será de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

Do recurso

15.3 – Declarado o vencedor da Licitação, qualquer licitante, durante a sessão pública, poderá manifestar sua intenção de recorrer, de forma imediata e motivada, devendo registrá-la no campo próprio do sistema.

15.4 – O licitante que manifestar o interesse em recorrer terá o prazo máximo de até três dias para fazê-lo; o mesmo prazo será garantido aos demais licitantes para apresentação de contrarrazão, contado a partir do término do prazo do recorrente.

15.5 – O recurso deverá ser dirigido à Diretoria, por intermédio do (a) Pregoeiro(a) que, poderá reconsiderar sua decisão, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, subir o recurso, devidamente instruído, para decisão final, a ser proferida dentro do prazo de cinco dias úteis do seu recebimento.

15.6 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

15.7 – O recurso interposto contra decisão do(a) Pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo.

15.8 – O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.9 – Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, será adjudicado o item ao licitante vencedor do certame.

15.10 – Dar-se-á conhecimento aos interessados da decisão dos recursos por e-mail, ou por outra maneira formal.

15.11 – O horário para entrega das impugnações e dos recursos serão das 9h às 15h de 2ª a 6ª feira, na Sede da EMGEPRON.

16 – DA HOMOLOGAÇÃO

16.1 – À vista do relatório da Pregoeira, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente, para fins de homologação.

16.2 – Quando o adjudicatário **não cumprir o prazo de entrega do objeto previsto no Termo de Referência** e condições nele estabelecidas, será facultado à EMGEPRON:

- a) convocar os licitantes remanescentes, registrados, na ordem de classificação; ou
- b) revogar a licitação.

17 – DO CONTRATO A SER CELEBRADO/OC

Da decorrência do contrato

17.1 – Os contratos decorrentes deste edital terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios, obedecendo ao disposto no **art. 71 da Lei n.º 13.303/16**.

Do prazo

17.2 – Fica estabelecido o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação no Diário Oficial da União – DOU, para a convocação do Adjudicatário visando a celebração do contrato.

17.3– O prazo para execução do objeto desta licitação é de 12 (doze) meses corridos, a contar da data da assinatura do Contrato. Podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, até o limite de 60(sessenta) meses.

Da manutenção das condições de habilitação

17.4 – Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

Da convocação dos Licitantes remanescentes

17.5 – Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e,



feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item Sanções Administrativas.

Do pagamento

17.6 - O pagamento do objeto desta licitação será efetuado conforme item 14 do Temo de Referência.

18 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 – Com fulcro no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não mantiver a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

18.2 – As sanções descritas **acima** também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

18.3 – As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

19 – DOS RECURSOS FINANCEIROS

19.1 – Os recursos financeiros para atendimento do objeto deste processo estão previstos no Programa de Dispendio Global dos anos de 2025 e 2026 EMGEPRON e correrão por conta do:

a) Centro de Custo: nº 1.20.23; e

b) Conta Financeira: 1.3.1.01.03.0003.



20 – DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

20.1 – A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Edital poderá:

- a) **revogar** – por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; e
- b) **anular** – por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.2 – Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito ao contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

21 – DA DILIGÊNCIA

21.1 – A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.2 – As comprovações enviadas por e-mail ou retiradas do SICAF, solicitadas pela(o) Pregoeiro(a) ou pela Equipe técnica, através das Diligências realizadas, serão informadas no “chat” para conhecimento dos demais licitantes, a fim de atender ao princípio da isonomia e da transparência do processo.

22 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 – A participação na presente licitação implica concordância dos licitantes com todos os termos e condições deste Edital.

22.2 – Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.

22.3 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

22.4 – Somente serão aceitas as propostas e recebidos os lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

22.5 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

22.6 – Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente neste órgão.

22.7 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao



Pregoeiro(a), **exclusivamente**, para o e-mail **licitacao@emgepron.gov.br** até as 16hs do dia 28/01/2025, data correspondente a 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

22.8 – O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

22.9 – A licitação poderá ter seu prazo para recebimento das propostas e documentação de habilitação adiado ou prorrogado.

22.10 – Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro contrato será competente a Justiça Federal na cidade do Rio de Janeiro.

22.11 – Em caso de divergência entre o COMPRASGOV e o Edital, prevalecerão as condições estabelecidas nas cláusulas do EDITAL.

22.12 – Este Edital, além da ampla publicidade consoante com a legislação, encontra-se disponível na íntegra, também, na página desta empresa na INTERNET, no seguinte endereço: *www.marinha.mil.br/emgepron/pt-br*.

Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 2025

Amanda Gibson Silva Pinto
Divisão de Licitação

LICITAÇÃO N° 054/2024 - PREGÃO

NUP: 61984.003666/2024-63

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – PROPÓSITO

Este Termo de Referência (TR) tem como propósito delinear o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o material e o serviço a serem contratados, avaliar o seu custo e definir os métodos e o prazo de execução.

2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

– **Motivação** – O Seguro de Vida em Grupo tem por objetivo garantir o pagamento de uma indenização ao segurado, ou aos seus beneficiários conforme as condições e as garantias contratadas, caso ocorra algum dos eventos cobertos, além de ser uma cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho. A contratação do Seguro de Acidentes Pessoais para os estagiários é obrigatório conforme a Lei 11.788 de 25/09/2008 em seu artigo 9º inciso IV.

– **Histórico** – O Benefício do Seguro de Vida tem sido oferecido aos empregados da EMGEPRON desde de 1995, proporcionando ao longo deste período o pagamento de indenizações aos segurados optantes e seus beneficiários.

3 – OBJETO

Contratação de prestação de serviço de Seguro de Vida e Acidentes Pessoais com cobertura de Funeral (em forma de reembolso) para os empregados e membros da Diretoria da EMGEPRON e Acidentes Pessoais para estagiários.

4 – DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1 – O objeto da contratação, conforme preconizado no Acordo Coletivo de Trabalho, será disponibilizado na forma de Adesão Voluntária, a todos os empregados da EMGEPRON; inclusive os afastados por motivo de saúde e os cedidos a outros órgãos / empresas públicas.

4.2 – Os membros da Diretoria Executiva poderão aderir ao benefício de forma voluntária.

4.3 – O objeto da contratação para os estagiários será automática de acordo com o art. 9º, inciso IV da Lei do Estágio nº 11.788/2008.

4.4 – As apólices dos empregados/membros da Diretoria deverá ser gerada separadamente a dos estagiários.

4.5 – A vigência da apólice será de 12 meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, até o limite de 60(sessenta) meses.

4.6 – Das faixas etárias:

4.6.1 – Tabela demonstrativa das faixas etárias dos empregados da EMGEPRON candidatos ao Seguro de Vida:

IDADE	Nº DE EMPREGADOS	PERCENTUAL (%)
De 18 a 40 anos	185	24,54
De 41 a 50 anos	206	27,32
De 51 a 60 anos	188	24,93
De 61 a 64 anos	71	9,42
Acima de 65 anos	104	13,79
Total	754	100

4.6.2 – Estagiários, Seguro de Acidentes Pessoais, total 29 – Faixa etária 18 a 47 anos.

4.6.3 – Dos 611 empregados atualmente segurados, o mais idoso possui 89 anos até janeiro de 2025.

4.6.4 – Do total de segurados 14 (quatorze) estão afastados por auxílio-doença, 01 (um) por acidente de trabalho e 10 (dez) aposentados por invalidez.

4.6.5 - O número de empregados é variável de acordo com o quantitativo repassado para contratada por relatório, a cada mês.

4.7 – Das importâncias seguradas individualmente:

4.7.1 – O Seguro tem por objetivo garantir o pagamento de indenização ao segurado e aos seus beneficiários, a saber:

EMPREGADOS / MEMBROS DA DIRETORIA	TIPO	INDENIZAÇÃO	CAPITAL SEGURO
	Morte Natural	R\$ 65.000,00	100%
	Morte acidental	R\$ 65.000,00	100%
	Invalidez Permanente por Acidente(IPA)	R\$ 65.000,00	100%
	Auxílio Funeral	R\$ 4.000,00	100%

ESTAGIÁRIOS	TIPO	INDENIZAÇÃO	CAPITAL SEGURO
	Morte acidental	R\$ 19.000,00	100%
	Invalidez Permanente por Acidente(IPA)	R\$ 19.000,00	100%

4.7.2 – A Empresa participará, no máximo, com 50% do valor do prêmio, o restante será custeado pelo Empregado/Membro da Diretoria e 100% dos estagiários.

4.8 – Dos beneficiários:

4.8.1 – Serão considerados beneficiários todos aqueles informados pelo Segurado no cartão proposta ou documento equivalente da Seguradora.

4.8.2 – A falta de indicação de beneficiário(s) pelo Segurado, não constituirá impedimento para a liquidação do Sinistro, prevalecendo neste caso, como beneficiários, seus

herdeiros legais, conforme o artigo 1.829 da Lei nº 10.406 de Janeiro de 2002 e o artigo 792 do Código Civil Brasileiro.

4.9 – Das definições:

4.9.1. MORTE NATURAL (MN): pagamento de indenização no caso de morte por doença ou falência orgânica do segurado.

4.9.2. MORTE ACIDENTAL (MA): pagamento de indenização no caso de morte do segurado por acidente.

4.9.3. INVALIDEZ POR ACIDENTE (IPA): pagamento de indenização em caso de invalidez definitiva, total ou parcial de membro, órgão, sentido ou função decorrente de acidente pessoal. Deverá ser observada atentamente a tabela para cálculo da indenização com os percentuais mínimos previstos pela SUSEP.

4.10 – Do auxílio-funeral:

4.10.1 – O auxílio-funeral é individual para o titular.

4.10.2 – Essa cobertura visa ressarcir despesas com o funeral até o valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), a ser pago ao(s) responsável(is) pelas despesas do funeral, não incluso os estagiários.

4.10.3 – O ressarcimento das despesas será realizado mediante a apresentação dos comprovantes originais.

4.11 – Das condições:

4.11.1 – Todo o empregado em atividade da EMGEPRON (ativos, cedidos ou em afastamento) poderá fazer sua adesão, desde que não haja restrições no cartão proposta da seguradora.

4.11.2 – Poderão ser efetuadas a qualquer tempo inclusões, exclusões e alterações de beneficiários. As alterações serão formalizadas pela EMGEPRON até o último dia útil do mês da admissão ou retorno do empregado, em caso de afastamento, ou em data previamente acordada com a contratada.

4.11.3 – Os empregados incluídos estarão segurados a partir da análise da seguradora e respectiva implantação na folha de pagamento.

4.11.4 – O valor do prêmio será computado na fatura do mês em que ocorreu a inclusão.

4.11.5 – Os segurados que vierem a se afastar, por qualquer motivo, durante o período da vigência da apólice contratada, terão as coberturas preservadas como se em atividade estivessem, uma vez que a EMGEPRON recolherá os prêmios integralmente.

4.11.6 – O Segurado a qualquer tempo poderá substituir/incluir o(s) beneficiários do Seguro de Vida.

4.11.7 – Para efeito do pagamento da indenização e auxílio-funeral não devem ser considerados nenhum tipo de carência.

4.11.8 – Na ocorrência de divergências sobre a causa, natureza ou extensão das lesões, bem como a avaliação da incapacidade, o Segurado deve ser submetido a uma junta médica constituída por 03 (três) membros, sendo um nomeado pela seguradora, outro pela EMGEPRON e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados. Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado; os do terceiro serão pagos em partes iguais pela EMGEPRON e pela Seguradora.

4.12 – Do pagamento aos Sinistrados

4.12.1 – No caso de solicitação de documentação e/ou informação complementar, o prazo para a liquidação do sinistro será suspenso, voltando a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

4.12.2 – O prazo para a liquidação de sinistro será de até 30 (trinta) dias corridos após a entrega completa da documentação, conforme circular SUSEP/MF nº 305/2005, art. 72 § 1º.

4.12.3 – Fica estabelecido que o não pagamento da indenização no prazo previsto neste Termo de Referência, implicará na aplicação de correção monetária e juros de mora a partir do dia subsequente ao término do prazo previsto.

4.12.4 – Relação de sinistros ocorridos nos últimos dois anos:

COBERTURA	DATA AVISO	MÊS/ANO SINISTRO	STATUS
Morte Natural	28/06/2023	JUN/2023	Liquidado

Funeral	28/06/2023	JUN/2023	Liquidado
Acidente	08/09/2023	SET/2023	Liquidado
Morte Natural	25/01/2024	MAI/2021	Liquidado
Morte Natural	26/02/2024	FEV/2024	Liquidado
Funeral	26/02/2024	FEV/2024	Liquidado
Morte Acidental	13/03/2024	MAR/2024	Liquidado
Funeral	13/03/2024	MAR/2024	Liquidado

O quantitativo de empregados é variável de acordo com o relatório repassado para contratada a cada mês.

5 – VALOR ESTIMADO

5.1 - O valor máximo estimado que a Administração pretende pagar pelo objeto, fruto de pesquisa mercadológica, é de R\$ 351.268,68 (trezentos e cinquenta e um mil duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

5.2 – O valor mensal, será obtido pela seguinte equação: *nº de segurados (membros da diretoria/empregados/estagiários) previstos x valor por segurado.*

5.3 – Atualmente a EMGEPRON possui 611 participantes do Seguro de Vida (faturamento jul/2024).

5.4 – A EMGEPRON possui um grupo de 754 empregados, conforme tabela do item 4.6.1, 29 estagiários e 3 membros da Diretoria Executiva.

6 – RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para atendimento do objeto deste processo estão previstos no Programa de Dispendio Global dos anos de 2025 e 2026 EMGEPRON e correrão por conta do Centro de Custo **1.20.23**, Conta Financeira 1.3.1.01.03.0003.

7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

Ilha da Cobras, Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco

Centro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil – CEP: 20180-001

Tel.: 55 (21) 3907-1800 | Fax: 55 (21) 2233-5142 | E-mail: emgepron@emgepron.gov.br | Site: www.emgepron.gov.br

A qualificação técnica será comprovada com a apresentação dos seguintes documentos:

a) A contrata deverá apresentar: no mínimo um atestado em nome de empresa participante de licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, cliente do serviço que deverá ser compatível e similar, em características técnicas e qualidades, com as especificadas neste Termo de Referência. O atestado deverá conter nome, endereço e o telefone de contato, ou qualquer outro meio que permita a EMGEPRON manter contato com a empresa que forneceu o atestado;

b) Certidão de regularidade expedida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, dentro do prazo de validade, informando que a licitante não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, intervenção, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem estar cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP; e

c) Portaria, publicada em Diário Oficial ou Atestado, expedido pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, dentro do prazo de validade, a fim de comprovar que a licitante detém autorização para operação no ramo de seguros pertinentes ao objeto do certame.

8 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A qualificação econômico-financeira será comprovada com a apresentação dos seguintes documentos:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta; e

b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso.

A comprovação da situação financeira da empresa licitante será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} LG &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ SG &= \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ LC &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \end{aligned}$$

As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), ou Solvência Geral (SG), ou Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido com valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta.

9 - OBRIGAÇÕES DA EMGEPRON

- 9.1 – Zelar, por intermédio do Gestor do Contrato da EMGEPRON (GCE), pela boa e fiel execução do Contrato a partir das bases estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.2 – Providenciar o ingresso, trânsito e permanência de pessoal e preposto da CONTRATADA apresentado para a execução do objeto contratado, quando necessário;
- 9.3 – Informar à CONTRATADA os horários e rotinas de serviço e quaisquer alterações, quando necessário;
- 9.4 – Informar à CONTRATADA acerca das restrições administrativas e dos regulamentos internos, se houver, de forma a proporcionar os meios adequados para que a CONTRATADA possa realizar o objeto deste contrato, de acordo com as exigências estabelecidas;
- 9.5 – Notificar à CONTRATADA, por escrito, dos defeitos e irregularidades constatados na execução do objeto, fixando prazos para correção dos mesmos;
- 9.6 – Descontar os valores equivalentes aos prejuízos causados pela CONTRATADA, caso reste pendência de solução após a notificação da EMGEPRON referente a ocorrência concernente ao item supra, observando a ampla defesa e as demais providências legais cabíveis;

- 9.7 – Divulgar a todos os empregados as condições para adesão ao seguro de vida;
- 9.8 – efetuar os descontos autorizados pelos empregados, em folha de pagamento, quando for cabível essa possibilidade;
- 9.9 – Arcar com 100% do valor do prêmio dos empregados que vierem a se afastar por acidente ou doença enquanto perdurar a licença;
- 9.10 – Prestar informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela contratada;
- 9.11 – Encaminhar mensalmente à contratada, no prazo previamente acordado, relação dos empregados, membros da diretoria e estagiários segurados para o faturamento;
- 9.12 – Informar à contratada as inclusões e exclusões;
- 9.13 – Informar à contratada os sinistros ocorridos;
- 9.14 – Efetuar o pagamento à contratada, na forma estabelecida neste Termo de Referência.

10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 - Zelar, por intermédio do Gestor do Contrato da EMGEPRON (GCE), pela boa e fiel execução do Contrato, cumprindo as disposições previstas na legislação vigente, no contrato celebrado e nos normativos da EMGEPRON, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cumprindo integralmente as disposições deste Termo de Referência;
- 10.2 - Comunicar a imposição, a si, seus sócios e administradores, de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a EMGEPRON;
- 10.3 - Manter durante toda a execução do contrato, os requisitos e condições de habilitação fixados no processo de licitação que deu origem a esta contratação;
- 10.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, sob a pena prevista no art. 76 da Lei nº 13.303, /16, que confere o dever de indenizar a EMGEPRON pela correção dos mesmos;
- 10.5 - Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à EMGEPRON ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do contrato;

10.6 - Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato, podendo a EMGEPRON, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade;

10.7 - Nos termos da legislação, a inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EMGEPRON a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis;

10.8 - Permitir vistorias e acompanhamento da execução deste objeto pelo Gestor Técnico e/ou Gestor administrativo do contrato;

10.9 - Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela EMGEPRON para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória;

10.10 - Cumprir, de forma eficiente, o serviço ao qual foi contratado, devendo estar em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos, a fim de mitigar os riscos, conforme Mapa de Riscos;

10.11 - Designar preposto como responsável pelo Contrato, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;

10.12 – Apresentar de forma tempestiva, por meio e comunicação formal escrita, proposta de ações corretivas para a solução de problemas de qualidade porventura observados ou surgidos no decorrer da prestação do serviço;

10.13 – Comunicar ao GCE(Gestor de Contrato da EMGEPRON) todo e qualquer fato irregular de que tenha conhecimento e que possa afetar o escopo do serviço, bem como fato que de algum modo possa interferir na boa, regular e tempestiva execução do contrato;

10.14 – Independente da ação fiscalizadora da EMGEPRON, a contratada não poderá se eximir de sua total obrigação pela boa e fiel execução dos serviços e que foram objetos do TR sobre o qual formulou a proposta;

10.15 – Não divulgar ou fornecer dados ou informações referentes aos serviços realizados na

10

contratação, a menos que seja expressamente autorizado, por escrito pelo GCE;

10.16 – Respeitar e fazer cumprir rigorosamente as leis, portarias e determinações das autoridades públicas competentes, em tudo que se diga respeito ao objeto deste Termo de Referência;

10.17 – A contratada deverá absorver a Carteira anterior, mantendo assim todos os membros da diretoria, empregados e estagiários da atual carteira, inclusive os que encontram-se em afastamento por motivo de saúde, cedidos a outros órgãos / empresas públicas e os empregados maiores de 65 anos;

10.18 – A contratada não poderá fazer restrição de idade ou condição de saúde aos empregados que fizerem a adesão nos 30 primeiros dias após a assinatura do contrato;

10.19 – Os empregados reintegrados por Ordem Judicial, maiores de 65 anos, deverão ser incluídos na Apólice mediante a apresentação da Sentença pela contratante;

10.19 – A contratada deverá fornecer (por meio físico ou disponibilizar em portal da internet) em até 30 dias após o início da vigência do Seguro o Certificado Individual contendo: nome do segurado, número da apólice, número do certificado individual, período de vigência das coberturas contratadas e o Capital Segurado de cada garantia;

10.20 – Cabe à contratada incluir uma Apólice de Seguro contra Acidentes Pessoais para os estagiários, ficando estes cobertos automaticamente após a assinatura do Termo de Compromisso. Sempre que houver admissão ou demissão a contratada será comunicada;

10.21 – Obedecer à legislação pertinente ao ramo do seguro, bem como às determinações do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP);

10.22 – Indicar um empregado que estará dedicado a atender às determinações relativas a esta contratação, atuando com interlocutor do contrato junto à EMGEPRON, participando, sempre que solicitado, das reuniões de acompanhamento dos serviços prestados;

10.23 – Obter todas as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços contratados;

10.24 – Fica vedado à contratada fazer uso das informações prestadas pela EMGEPRON que não seja de absoluto cumprimento ao contrato em questão;

10.25 – Comunicar a EMGEPRON, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

10.26 – Manter sigilo sobre todas as informações fornecidas pela EMGPERON postas à sua disposição para a execução dos serviços, e não reproduzir ou copiar, total ou parcialmente, qualquer documento que lhe seja entregue por meio físico ou eletrônico, exceto nas necessidades dos serviços objeto deste Termo de Referência.

10.27 – Garantir que não haja ocorrência de qualquer impacto ambiental resultante da execução do objeto; a CONTRATADA será responsabilizada por práticas caracterizadas como crime ambiental;

10.28 – Assumir todas as providências cabíveis para a correção dos danos que vier a causar ao meio ambiente em decorrência da execução de suas atividades;

11 – DA GESTÃO DO CONTRATO

A gestão da execução do objeto será exercida pelo Sr. Abraham Elmescany, Assistente Administrativo da EMGEPRON.

A eventual falta de acompanhamento, fiscalização ou inspeção NÃO excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

A Fiscalização acompanhará o cumprimento das disposições contratuais, inspecionará os serviços e terá plenos poderes para:

- a) Recusar o objeto ou parte dele quando estiver em desacordo com as discriminações do objeto;
- b) Propor as medidas que couberem a cada situação não prevista;
- c) Exigir da CONTRATADA a retirada de quaisquer prepostos, ou empregados, que dificultem a sua ação fiscalizadora ou que não sejam considerados pela EMGEPRON capazes para o fim desejado, independente de justificativas; e
- d) Exigir esclarecimentos técnicos da CONTRATADA no que se refere ao objeto, de modo a garantir o seu perfeito acompanhamento técnico.

Deverá ser indicado um Gestor substituto, por meio de um Termo de Assunção de Substituição Temporária, na ocasião de férias ou afastamento temporário da Gestora do contrato.

12 - FORMALIZAÇÃO DO ACORDO

O Acordo será formalizado por instrumento contratual.

13 – REAJUSTAMENTO

13.1 – Em caso de contrato, o reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser concedido em caso de período igual ou superior a um ano e será adotado como parâmetros básicos o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sobre o preço referido na cláusula de Preços deste instrumento.

13.2 – O valor do Capital Segurado será reajustado anualmente, acompanhando o mesmo índice e a mesma data base da renovação contratual;

14 – PAGAMENTO

O pagamento referente ao serviço realizado, será efetuado pela EMGEPRON, por meio de boleto bancário, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento e aceite do serviço, caracterizado pela certificação da nota pela Fiscalização. O Pagamento será variável de acordo com o quantitativo repassado para contratada por relatório, a cada mês.

A Nota Fiscal será emitida contendo, discriminadamente:

- a) número do Contrato/Ordem de Compra;
- b) nome e código do Banco, nome e código da agência e número da conta para depósito; e
- c) descrição do serviço.

A Nota Fiscal deverá conter os seguintes dados da Contratante:

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON.

CNPJ: 27.816.487/0001-31 / Insc. Estadual: 83.541.695/ Insc. Municipal: 87969-0

Endereço: Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, S/N – Centro – Rio de Janeiro – RJ - CEP: 20.180-001.

Para pagamento, a Contratada apresentará, junto à nota fiscal, a documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias dos seus empregados.

As Certidões abaixo garantem a manutenção da sua condição de habilitação e a sustentabilidade social da contratação.

- a) Certidão do Sistema de Cadastramento unificado do Fornecedor (SICAF) ou Certidão Negativa de Débito previdenciário e Tributos Federais (**CND**) e Certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP**, emitidos no portal de Certidões da Administração Pública Federal – TCU/Certidões.

14.1 – Para efeito de cobrança de valores contratuais, a contratada deverá encaminhar a fatura, discriminando todas as importâncias devidas mensalmente.

14.2 – Uma vez recebida a fatura, a EMGEPRON providenciará sua aferição e, após a aceitação dos serviços prestados, efetuará o pagamento até o 10º (décimo) dia útil subsequente à data da fatura.

14.3 – Caberá a contratada, caso sejam encontradas divergências na documentação de cobrança, emitir novas faturas com o valor correto ou comprovar a correção dos valores contestados pela EMGEPRON, que serão pagos futuramente sem incidência de juros ou multa. Nesse caso, o prazo para pagamento será acrescido de mais 10 dias a partir da nova emissão.

15 – GARANTIAS

A contratada apresentará garantia de fiel execução, correspondente a 5% do valor total do contrato.

16 – SANÇÃO

As regras de sanções deverão observar o disposto contrato e Legislação vigente.

17 - DECLARAÇÃO DE BEM COMUM E TIPO DE LICITAÇÃO

O Presente Objeto está de acordo com o Art. 3º, Inciso II do Decreto nº 10.024/19, considerando-se o objeto como bem/serviço comum.

O critério de Julgamento da melhor Proposta será: Menor Preço Global

18 – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O Regime de execução do objeto desse contrato será Empreitada por Preço Unitário.

19 – APÊNDICES

Apêndice I – Planilha Formação de Preços.

Apêndice II – Matriz de Riscos.

Rio de Janeiro, na data da assinatura

Elaborado por:

GESSE LEÃO DE OLIVEIRA
Chefe da Divisão de Benefícios Legais

De acordo:

TATIANA ANDRADE DAMASCENO LIMA DE SOUZA
Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas



MODALIDADE	
FORMAÇÃO DE PREÇO	
DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
Seguro de vida em Grupo para Empregados e Membros da Diretoria com Auxílio Funeral em forma de reembolso e Acidentes Pessoais para Estagiários	R\$ 29.272,39
VALOR DO CONTRATO (12 meses)	R\$ 351.268,68

PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

FORMA DE CONTRATAÇÃO:

☐

ORDEM DE COMPRA

☒

CONTRATO

NUP 61984.003662/2024-85

CONTRATO Nº EGP-26/202x-00xx/00

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A EMPRESA GERENCIAL
DE PROJETOS NAVAIS E A XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,
XXX
XXX
XXX
XXX,
CONFORME
ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO A.

A EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS, CNPJ n.º 27.816.487/0001-31, situada no Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, Ilha das Cobras, Centro, Rio de Janeiro, RJ, doravante denominada **EMGEPRON** e Empresa XXXXXXXXXXXXXXXX., CNPJ nº XXXXXXXXXX-XX, estabelecida na Rua Ulisses Machado Dutra, n.º 182, Dom Bosco – Itajaí – SC, CEP: 88.303-390, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato que foi precedido do processo de Licitação de **PREGÃO ELETRÔNICO** n.º 054/2024, do tipo **Menor Preço Global** nos termos do Decreto nº 10.024/19 e conforme os ritos da Lei n.º 14.133/21, com Lei n.º 13.303/16, subsidiariamente, Lei Complementar n.º 123/06, Lei Complementar n.º 139/11, Lei Complementar n.º 147/14, Decreto n.º 8.538/15, Decreto n.º 7.203/10, e em conformidade com a Lei n.º 13.709/18, a Lei n.º 12.846/13 e com o Regulamento de Licitações da EMGEPRON, aprovado pela RCA-017/2018, com o Código de Conduta para Fornecedores da EMGEPRON e com as penalidades previstas no artigo 185 da Lei n.º 14.133/21, estando as partes contratantes sujeitas aos demais dispositivos legais pertinentes, e às Cláusulas a seguir:

CLÁUSULA 1ª – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

A minuta deste Contrato foi aprovada pelo Parecer Jurídico nº XXX/XXX/20XX da Assessoria Jurídica.

CLÁUSULA 2ª – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

2.1 - De acordo com o Estatuto Social da EMGEPRON, aprovado pela 27ª (vigésima sétima) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2024, o Diretor-Presidente tem competência para assinar este Acordo junto com o Diretor Administrativo-Financeiro.

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

Ilha das Cobras, Ed. Almirante Raphael de Azevedo Branco, SN
Centro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil – CEP: 20180-001
Tel.: 55(21) 3907-1800 | Fax.: 55 (21) 2233-5142 | E-mail: emgepron@emgepron.gov.br | Site: www.emgepron.gov.br

2.2 - De acordo com os Atos Constitutivos da empresa CONTRATADA, o Sr. xxxxxxxx, CPF.: xxxxxxxx, tem competência para assinar este Contrato.

CLÁUSULA 3ª – DOS ANEXOS

3.1 - Fazem parte integrante deste Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

A -	Termo de Referência e Apêndices;
B -	Matriz de Risco; e
C -	Proposta de Preços da CONTRATADA.
D -	Código de Conduta para Fornecedores da EMGEPRON

3.2 - Em caso de divergência entre as cláusulas contratuais e os anexos, prevalecerão as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais.

CLÁUSULA 4ª – DO OBJETO

4.1 - Contratação de prestação de serviço de Seguro de Vida e Acidentes Pessoais com cobertura de Funeral (em forma de reembolso) para os empregados e membros da Diretoria da EMGEPRON e Acidentes Pessoais para estagiários, conforme o Termo de Referência, Anexo A, parte integrante deste contrato.

DETALHAMENTO DO OBJETO

4.2 - O objeto da contratação, conforme preconizado no Acordo Coletivo de Trabalho, será disponibilizado na forma de Adesão Voluntária, a todos os empregados da EMGEPRON; inclusive os afastados por motivo de saúde e os cedidos a outros órgãos / empresas públicas.

4.3 - Os membros da Diretoria Executiva poderão aderir ao benefício de forma voluntária.

4.4 - O objeto da contratação para os estagiários será automática de acordo com o art. 9º, inciso IV da Lei do Estágio nº 11.788/2008.

4.5 - As apólices dos empregados/membros da Diretoria deverão ser geradas separadamente dos estagiários.

4.6 - A vigência da apólice será de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual e sucessivo período, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses.

4.7 - Das faixas etárias:

4.7.1 - Tabela demonstrativa das faixas etárias dos empregados da EMGEPRON candidatos ao Seguro de Vida:

IDADE	Nº DE EMPREGADOS	PERCENTUAL (%)
De 18 a 40 anos	185	24,54
De 41 a 50 anos	206	27,32
De 51 a 60 anos	188	24,93
De 61 a 64 anos	71	9,42
Acima de 65 anos	104	13,79
Total	754	100

4.7.2 - Estagiários, Seguro de Acidentes Pessoais, total 29 – Faixa etária 18 a 47 anos.

4.7.3 - Dos 611 empregados atualmente segurados, o mais idoso possui 89 anos até janeiro de 2025.

4.7.4 - Do total de segurados 14 (quatorze) estão afastados por auxílio-doença, 01 (um) por acidente de trabalho e 10 (dez) aposentados por invalidez.

4.7.5 - O número de empregados é variável de acordo com o quantitativo repassado para contratada por relatório, a cada mês.

4.8 - Das importâncias seguradas individualmente:

4.8.1 - O Seguro tem por objetivo garantir o pagamento de indenização ao segurado e aos seus beneficiários, a saber:

EMPREGADOS / MEMBROS DA DIRETORIA	TIPO	INDENIZAÇÃO	CAPITAL SEGURO
	Morte Natural	R\$ 65.000,00	100%
	Morte acidental	R\$ 65.000,00	100%
	Invalidez Permanente por Acidente(IPA)	R\$ 65.000,00	100%
	Auxílio-funeral	R\$ 4.000,00	100%

ESTAGIÁRIOS	TIPO	INDENIZAÇÃO	CAPITAL SEGURO
	Morte acidental	R\$ 19.000,00	100%
	Invalidez Permanente por Acidente(IPA)	R\$ 19.000,00	100%

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

4.8.2 - A Empresa participará, no máximo, com 50% do valor do prêmio, o restante será custeado pelo Empregado/Membro da Diretoria e 100% dos estagiários.

4.9 - Dos beneficiários:

4.9.1 - Serão considerados beneficiários todos aqueles informados pelo Segurado no cartão proposta ou documento equivalente da Seguradora.

4.9.2 - A falta de indicação de beneficiário(s) pelo Segurado, não constituirá impedimento para a liquidação do Sinistro, prevalecendo neste caso, como beneficiários, seus herdeiros legais, conforme o artigo 1.829 da Lei nº 10.406 de Janeiro de 2002 e o artigo 792 do Código Civil Brasileiro.

4.10 - Das definições:

4.10.1 - MORTE NATURAL (MN): pagamento de indenização no caso de morte por doença ou falência orgânica do segurado.

4.10.2 - MORTE ACIDENTAL (MA): pagamento de indenização no caso de morte do segurado por acidente.

4.10.3 - INVALIDEZ POR ACIDENTE (IPA): pagamento de indenização em caso de invalidez definitiva, total ou parcial de membro, órgão, sentido ou função decorrente de acidente pessoal. Deverá ser observada atentamente a tabela para cálculo da indenização com os percentuais mínimos previstos pela SUSEP.

4.11 - Do auxílio-funeral:

4.11.1 - O auxílio-funeral é individual para o titular.

4.11.2 - Essa cobertura visa ressarcir despesas com o funeral até o valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), a ser pago ao(s) responsável(is) pelas despesas do funeral, não incluso os estagiários.

4.11.3 - O ressarcimento das despesas será realizado mediante a apresentação dos comprovantes originais.

4.12 - Das condições:

4.12.1 - Todo o empregado em atividade da EMGEPRON (ativos, cedidos ou em afastamento) poderá fazer sua adesão, desde que não haja restrições no cartão proposta da seguradora.

4.12.2 - Poderão ser efetuadas a qualquer tempo inclusões, exclusões e alterações de beneficiários. As alterações serão formalizadas pela EMGEPRON até o último dia útil do mês da admissão ou retorno do empregado, em caso de afastamento, ou em data previamente acordada com a contratada.

4.12.3 - Os empregados incluídos estarão segurados a partir da análise da seguradora e respectiva implantação na folha de pagamento.

4.12.4 - O valor do prêmio será computado na fatura do mês em que ocorreu a inclusão.

4.12.5 - Os segurados que vierem a se afastar, por qualquer motivo, durante o período da vigência da apólice contratada, terão as coberturas preservadas como se em atividade estivessem, uma vez que a EMGEPRON recolherá os prêmios integralmente.

4.12.6 - O Segurado a qualquer tempo poderá substituir/incluir o(s) beneficiários do Seguro de Vida.

4.12.7 - Para efeito do pagamento da indenização e auxílio-funeral não devem ser considerados nenhum tipo de carência.

4.12.8 - Na ocorrência de divergências sobre a causa, natureza ou extensão das lesões, bem como a avaliação da incapacidade, o Segurado deve ser submetido a uma junta médica constituída por 03 (três) membros, sendo um nomeado pela seguradora, outro pela EMGEPRON e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados. Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado; os do terceiro serão pagos em partes iguais pela EMGEPRON e pela Seguradora.

4.13 - Do pagamento aos Sinistrados

4.13.1 - No caso de solicitação de documentação e/ou informação complementar, o prazo para a liquidação do sinistro será suspenso, voltando a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

4.13.2 - O prazo para a liquidação de sinistro será de até 30 (trinta) dias corridos após a entrega completa da documentação, conforme circular SUSEP/MF nº 305/2005, art. 72 § 1º.

4.13.3 - Fica estabelecido que o não pagamento da indenização no prazo previsto no Termo de Referência, implicará a aplicação de correção monetária e juros de mora a partir do dia subsequente ao término do prazo previsto.

4.13.4 - Relação de sinistros ocorridos nos últimos dois anos:

COBERTURA	DATA AVISO	MÊS/ANO SINISTRO	STATUS
Morte Natural	28/06/2023	JUN/2023	Liquidado
Funeral	28/06/2023	JUN/2023	Liquidado
Acidente	08/09/2023	SET/2023	Liquidado
Morte Natural	25/01/2024	MAI/2021	Liquidado
Morte Natural	26/02/2024	FEV/2024	Liquidado

Funeral	26/02/2024	FEV/2024	Liquidado
Morte Acidental	13/03/2024	MAR/2024	Liquidado
Funeral	13/03/2024	MAR/2024	Liquidado

4.13.5 - O quantitativo de empregados é variável de acordo com o relatório repassado para contratada a cada mês.

CLÁUSULA 5ª – DA CONSERVAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

5.1 - A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o prazo de vigência, as condições de habilitação que tenham sido exigidas no processo Licitatório, que antecedeu a assinatura deste Contrato (Art. 69, inc. IX da Lei 13.303/2016); e

5.2 - Constatada situação de irregularidade da CONTRATADA quanto a sua habilitação, a EMGEPRON notificará, por escrito, determinando prazo para que a CONTRATADA regularize sua situação junto aos órgãos competentes ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do Contrato e sem prejuízo das possíveis sanções e penas cabíveis.

CLÁUSULA 6ª – DAS OBRIGAÇÕES DA EMGEPRON

6.1 - Zelar, por intermédio do Gestor do Contrato da EMGEPRON (GCE), pela boa e fiel execução do Contrato a partir das bases estabelecidas no Termo de Referência;

6.2 - Providenciar o ingresso, trânsito e permanência de pessoal e preposto da CONTRATADA apresentado para a execução do objeto contratado, quando necessário;

6.3 - Informar à CONTRATADA os horários e rotinas de serviço e quaisquer alterações, quando necessário;

6.4 - Informar à CONTRATADA acerca das restrições administrativas e dos regulamentos internos, se houver, de forma a proporcionar os meios adequados para que a CONTRATADA possa realizar o objeto deste contrato, de acordo com as exigências estabelecidas;

6.5 - Notificar à CONTRATADA, por escrito, dos defeitos e irregularidades constatados na execução do objeto, fixando prazos para correção dos mesmos;

6.6 - Descontar os valores equivalentes aos prejuízos causados pela CONTRATADA, mediante Processo Administrativo Sancionatório, observados a ampla defesa, contraditório e as demais providências legais cabíveis;

6.7 - Divulgar a todos os empregados as condições para adesão ao seguro de vida;

6.8 - efetuar os descontos autorizados pelos empregados, em folha de pagamento, quando for cabível essa possibilidade;

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

- 6.9** - Arcar com 100% do valor do prêmio dos empregados que vierem a se afastar por acidente ou doença enquanto perdurar a licença;
- 6.10** - Prestar informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela contratada;
- 6.11** - Encaminhar mensalmente à contratada, no prazo previamente acordado, relação dos empregados, membros da diretoria e estagiários segurados para o faturamento;
- 6.12** - Informar à contratada as inclusões e exclusões;
- 6.13** - Informar à contratada os sinistros ocorridos;
- 6.14** - Efetuar o pagamento à contratada, na forma estabelecida neste Contrato.

CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1** - Cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no Contrato celebrado e nos normativos da EMGEPRON, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé;
- 7.2** - Comunicar a imposição, a si, seus sócios e administradores, de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a EMGEPRON;
- 7.3** - Manter durante toda a execução do Contrato os requisitos e condições de habilitação fixados no processo de licitação que deu origem a esta contratação;
- 7.4** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, sob a pena prevista no art. 76 da Lei nº 13.303/16, que confere o dever de indenizar a EMGEPRON pela correção dos mesmos;
- 7.5** - Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à EMGEPRON ou a terceiros, não excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- 7.6** - Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do Contrato, podendo a EMGEPRON, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade;
- 7.7** - Nos termos da legislação, a inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EMGEPRON a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis;
- 7.8** - Permitir vistorias e acompanhamento da execução deste objeto pelo Gestor do Contrato;

- 7.9** - Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela EMGEPRON para a adequada execução do Contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória;
- 7.10** - Indicar de forma eficiente a alocação dos riscos do serviço contratado, que deverá estar, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos, bem como a natureza do risco e o beneficiário das prestações a que se vincula, conforme Matriz de Riscos; e
- 7.11** - Designar preposto como responsável pelo Contrato, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento.
- 7.12** - Apresentar de forma tempestiva, por meio de comunicação formal escrita, proposta de ações corretivas para a solução de problemas de qualidade porventura observados ou surgidos no decorrer da prestação do serviço;
- 7.13** - Comunicar ao GCE (Gestor de Contrato da EMGEPRON) todo e qualquer fato irregular de que tenha conhecimento e que possa afetar o escopo do serviço, bem como fato que de algum modo possa interferir na boa, regular e tempestiva execução do contrato;
- 7.14** - Independente da ação fiscalizadora da EMGEPRON, a contratada não poderá se eximir de sua total obrigação pela boa e fiel execução dos serviços e que foram objetos do TR sobre o qual formulou a proposta;
- 7.15** - Não divulgar ou fornecer dados ou informações referentes aos serviços realizados na contratação, a menos que seja expressamente autorizado, por escrito pelo GCE;
- 7.16** - Respeitar e fazer cumprir rigorosamente as leis, portarias e determinações das autoridades públicas competentes, em tudo que se diga respeito ao objeto deste Contrato;
- 7.17** - A contratada deverá absorver a Carteira anterior, mantendo assim todos os membros da diretoria, empregados e estagiários da atual carteira, inclusive os que se encontram em afastamento por motivo de saúde, cedidos a outros órgãos / empresas públicas e os empregados maiores de 65 anos;
- 7.18** - A contratada não poderá fazer restrição de idade ou condição de saúde aos empregados que fizerem a adesão nos 30 primeiros dias após a assinatura do contrato;
- 7.19** - Os empregados reintegrados por Ordem Judicial, maiores de 65 anos, deverão ser incluídos na Apólice mediante a apresentação da Sentença pela contratante;
- 7.20** - A contratada deverá fornecer (por meio físico ou disponibilizar em portal da internet) em até 30 dias após o início da vigência do Seguro o Certificado Individual contendo: nome do

segurado, número da apólice, número do certificado individual, período de vigência das coberturas contratadas e o Capital Segurado de cada garantia;

7.21 - Cabe à contratada incluir uma Apólice de Seguro contra Acidentes Pessoais para os estagiários, ficando estes cobertos automaticamente após a assinatura do Termo de Compromisso. Sempre que houver admissão ou demissão a contratada será comunicada;

7.22 - Obedecer à legislação pertinente ao ramo do seguro, bem como às determinações do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP);

7.23 - Indicar um empregado que estará dedicado a atender às determinações relativas a esta contratação, atuando com interlocutor do contrato junto à EMGEPRON, participando, sempre que solicitado, das reuniões de acompanhamento dos serviços prestados;

7.24 - Obter todas as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços contratados;

7.25 - Fica vedado à contratada fazer uso das informações prestadas pela EMGEPRON que não seja de absoluto cumprimento ao contrato em questão;

7.26 - Comunicar a EMGEPRON, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.27 - Manter sigilo sobre todas as informações fornecidas pela EMGPERON postas à sua disposição para a execução dos serviços, e não reproduzir ou copiar, total ou parcialmente, qualquer documento que lhe seja entregue por meio físico ou eletrônico, exceto nas necessidades dos serviços objeto deste Contrato.

7.28 - Garantir que não haja ocorrência de qualquer impacto ambiental resultante da execução do objeto; a CONTRATADA será responsabilizada por práticas caracterizadas como crime ambiental;

7.29 - Assumir todas as providências cabíveis para a correção dos danos que vier a causar ao meio ambiente em decorrência da execução de suas atividades;

7.30 - Zelar, por intermédio do Gestor do Contrato da EMGEPRON (GCE), pela boa e fiel execução do Contrato, cumprindo as disposições previstas na legislação vigente, no contrato celebrado e nos normativos da EMGEPRON, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cumprindo integralmente as disposições deste Contrato;

7.31 - Cumprir, de forma eficiente, o serviço ao qual foi contratado, devendo estar em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos, a fim de mitigar os riscos, conforme Mapa de Riscos;

CLÁUSULA 8ª – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 - A gestão/fiscalização da execução do objeto será exercida pelo Sr. Abraham Elmesany, CPF: 634.982.277-34 e Sr. Gessé Leão de Oliveira, CPF: 015.901.517-04 da EMGEPRON;

8.2 - A eventual falta de acompanhamento, fiscalização ou inspeção NÃO excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA;

8.3 - A Gestão/Fiscalização acompanhará o cumprimento das disposições contratuais, inspecionará os serviços e terá plenos poderes, além dos citados no Regulamento de Licitações e contratos da EMGEPRON, para:

- a) Recusar o objeto ou parte dele quando estiver em desacordo com as discriminações do objeto;
- b) Propor as medidas que couberem a cada situação não prevista;
- c) Exigir da CONTRATADA a retirada de quaisquer prepostos, ou empregados, que dificultem a sua ação fiscalizadora ou que não sejam considerados pela EMGEPRON capazes para o fim desejado, independente de justificativas; e
- d) Exigir esclarecimentos técnicos da CONTRATADA no que se refere ao objeto, de modo a garantir o seu perfeito acompanhamento técnico.

8.4 - A substituição do gestor e/ou do fiscal técnico será por meio de um Termo de Assunção de Substituição, sem necessidade de Termo Aditivo.

8.5 - A Gestão e a Fiscalização podem ser acumuladas ou não, conforme as atribuições especificadas no Regulamento de Licitações da EMGEPRON.

CLÁUSULA 9ª – DOS RECURSOS

9.1 - Os recursos financeiros para atendimento do objeto deste processo estão previstos no Programa de Dispendio Global dos anos de 2025 e 2026 da EMGEPRON e correrão por conta:

- Centro de Custo 1.20.23;
- Conta Financeira 1.3.1.01.03.0003.

CLÁUSULA 10ª – DO PREÇO

10.1 - O valor total para execução do objeto é de R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXX).

10.2 - O valor mensal, será obtido pela seguinte equação: *nº de segurados (membros da diretoria/empregados/estagiários) previstos x valor por segurado.*

CLÁUSULA 11ª – DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento da Nota Fiscal referente ao objeto contratado, será efetuado pela EMGEPRON, por meio de depósito bancário, 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao fornecimento do serviço prestado/aquisição e devidamente certificada pelo Gestor do Contrato.

11.2 - A Nota Fiscal será emitida contendo, discriminadamente:

- a) número do Contrato/Ordem de Compra;
- b) nome e código do Banco, nome e código da agência e número da conta para depósito;
- c) descrição do serviço/fornecimento.

11.3 - A Nota Fiscal deverá conter os seguintes dados da Contratante:

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON.

CNPJ: 27.816.487/0001-31 / Insc. Estadual: 83.541.695/ Insc. Municipal: 87969-0

Endereço: Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, S/N – Centro – Rio de Janeiro – RJ -
CEP: 20.180-001.

11.4 - Para pagamento, a Contratada apresentará, junto à nota fiscal, a documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias dos seus empregados;

11.5 - As Certidões abaixo garantem a manutenção da sua condição de habilitação e a sustentabilidade social da contratação, caso essas certidões não estejam regularizados no SICAF:

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- b) Certidão do Sistema de Cadastramento unificado do Fornecedor (SICAF) ou Certidão Negativa de Débito previdenciário e Tributos Federais (CND) e Certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e
- c) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU ou Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

11.6 - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/ Fatura serão os mesmos restituídos à Contratada para as correções necessárias, não respondendo a EMGEPRON por quaisquer ônus resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

11.7 - Caso a Nota Fiscal / Fatura seja devolvida por impropriedade na documentação, o prazo previsto para pagamento será considerado a partir da data da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura.

11.8 - Caso a CONTRATADA não seja optante pelo SIMPLES deverá observar o disposto no art. 34 inciso I da Lei nº 10.833/03, que solicita discriminação no corpo da nota fiscal/fatura das alíquotas de retenção na fonte para IR, CSLL, COFINS e PIS / PASEP, as quais a empresa está sujeita ou o motivo para a não retenção, se for o caso. Na falta dessas informações a EMGEPRON efetuará as devidas retenções enquadrando o fornecedor conforme análise da tabela de retenções existentes no ANEXO I da IN-RFB Nº 1234/12 e IN-RFB Nº 1244/12 e suas posteriores alterações.

11.9 - Caso a Nota Fiscal / Fatura seja devolvida por impropriedade na documentação, o prazo previsto para pagamento será considerado a partir da data da reapresentação da mesma.

11.10 - Considerando a forma peculiar de pagamento adotada pela Administração Pública, é defeso a CONTRATADA emitir duplicatas comerciais em função deste Contrato. A emissão desse título de crédito, ou de qualquer outro, sem prejuízo das providências judiciais cabíveis, por caracterizar um ilícito grave, equiparável à emissão de “duplicatas simuladas”, demandará o sancionamento da CONTRATADA, conforme previsto no Art. 83 da Lei 13.303/16 e aplicação de uma das penas prescritas no artigo 185 da Lei n.º 14.133/2021, por ter incorrido na situação disposta do mesmo diploma legal.

11.11 - Para efeito de cobrança de valores contratuais, a contratada deverá encaminhar a fatura, discriminando todas as importâncias devidas mensalmente.

11.12 - Uma vez recebida a fatura, a EMGEPRON providenciará sua aferição e, após a aceitação dos serviços prestados, efetuará o pagamento até o 10º (décimo) dia útil subsequente à data da fatura.

11.13 - Caberá a contratada, caso sejam encontradas divergências na documentação de cobrança, emitir novas faturas com o valor correto ou comprovar a correção dos valores contestados pela EMGEPRON, que serão pagos futuramente sem incidência de juros ou multa. Nesse caso, o prazo para pagamento será acrescido de mais 10 dias a partir da nova emissão.

CLÁUSULA 12ª – DA MATRIZ DE RISCO

12.1 - A EMGEPRON e a CONTRATADA, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo,

identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos anexo “B” deste Contrato;

12.2 - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA 13ª – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

13.1 - A CONTRATADA deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

a) caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;

b) caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após o encerramento do Contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;

c) a EMGEPRON deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 90 (noventa) dias, contados da solicitação e da entrega pela CONTRATADA dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério da EMGEPRON, enquanto a CONTRATADA não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e

d) caso a CONTRATADA não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

DO REAJUSTE

13.2 - O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser concedido em caso de períodos iguais ou superiores a 12 (doze) meses a contar da apresentação da Proposta, e será adotado como parâmetro básico o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sobre o preço referido na Cláusula de Preços deste instrumento;

13.3 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a EMGEPRON pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

13.4 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor; e

13.5 - O reajustamento poderá ser feito por apostilamento.

DA REVISÃO

13.6 - A revisão de preços poderá, através do Gestor do Contrato, ser realizada por iniciativa da EMGEPRON ou mediante solicitação da CONTRATADA, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado a CONTRATADA nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

a) a CONTRATADA deverá formular à EMGEPRON **Estudo Pormenorizado** para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;

b) a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão; e

c) com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

13.7 - A variação cambial não poderá ser considerada suficiente para fundamentar o pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro. Há a necessidade de uma análise global dos custos, incluindo todos os insumos relevantes e não só aqueles que sofreram incidência da moeda estrangeira;

13.8 - Comprovar o rompimento severo na equação econômico-financeira, impondo a onerosidade excessiva a uma das partes;

13.9 - A variação cambial deve fugir à flutuação cambial típica de regime de câmbio flutuante;

13.10 - A elevação dos encargos não pode derivar de conduta culposa da CONTRATADA;

13.11 - Comprovação de que para cada insumo ou serviço a CONTRATADA contraiu obrigação em moeda estrangeira e recebeu pagamento em moeda nacional (não haverá indexação pela variação cambial);

13.12 - Deve haver nexo de causalidade entre o evento superveniente e a onerosidade excessiva;

13.13 - Considerar os reajustes concedidos nas análises dos pleitos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro;

13.14 - Independentemente de solicitação, a EMGEPRON poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo a CONTRATADA apresentar as informações solicitadas pela EMGEPRON; e

13.15 - A revisão de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Reequilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato;

CLÁUSULA 14ª – DOS PRAZOS

14.1 - O prazo de execução do serviço é de xxxxx (corridos), a partir do 5º (quinto) dia útil após a data da última assinatura, nos termos do artigo 71, da Lei nº 13.303 de 2016;

14.2 - O prazo de vigência deste Contrato inicia-se na data da última assinatura e termina 90 (noventa) dias após o término de sua execução;

14.3 - O contrato pode ser prorrogado mediante Termo Aditivo, e após o prazo de execução do Contrato o Gestor emitirá o Termo de Recebimento Provisório (TERP) e o Termo de Recebimento Definitivo (TERD) nas condições do Contrato.

CLÁUSULA 15ª – DAS GARANTIAS

GARANTIA CONTRATUAL

15.1 - A CONTRATADA apresentará garantia de fiel execução no valor de R\$ xxxxx (xxxxx) correspondente a 5% do valor total do Contrato válida pelo mesmo período de vigência da subcláusula **14.2** deste contrato;

Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I – caução, em dinheiro;

II – seguro-garantia; ou

III – fiança bancária.

15.2 - O montante caucionado em dinheiro, será restituído à CONTRATADA mediante autorização da EMGEPRON por Ofício, após a execução do Contrato e será atualizada monetariamente (art. 70, § 4º, Lei 13.303/16);

15.3 - A CONTRATADA terá que apresentar a garantia contratual no prazo de 15 (quinze) dias, após a assinatura do Contrato, podendo este prazo ser prorrogado por igual período a pedido da CONTRATADA;

15.4 - A CONTRATADA receberá uma cópia deste Contrato assinado e digitalizado a fim de permitir a obtenção da garantia.

CLÁUSULA 16ª – DA ALTERAÇÃO

16.1 - Poderá ser alterado, por acordo entre as partes e observado, as hipóteses e limites previstos no art. 81 da Lei n.º 13.303/16;

16.2 - É vedada a modificação contratual que mude a natureza do objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Projeto Básico;

16.3 - As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses legais previstas no art. 81 § 7º da Lei n.º 13.303/16, que podem ser registrados por apostilamento e os pequenos ajustes necessários à eventual correção de erros materiais ou à alteração de dados acessórios do contrato, que poderão ser celebrados por simples Errata.

CLÁUSULA 17ª – DA RESCISÃO

17.1 - A EMGEPRON, poderá rescindir o presente Contrato por acordo entre as partes, observando os casos previstos na Lei nº 13.303/2016 e demais dispositivos Legais;

17.2 - Nos casos de rescisão amigável entre as partes, quando o motivo para a rescisão majorar excessivamente ou impedir a continuidade da execução contratual;

17.3 - Nos casos de inexecução total ou parcial deste acordo em que fique caracterizado dano causado à EMGEPRON.

CLÁUSULA 18ª – DA EXTINÇÃO

18.1 - Pela execução do respectivo objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista

18.2 - Por acordo entre as partes;

18.3 - Pela via judicial; e

18.4 - O contrato poderá ser extinto, quando forem considerados, comprovadamente de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA 19ª – DAS SANÇÕES

19.1 - Com fulcro nos arts. 82 e 83 da Lei nº 13.303/2016, pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista neste Contrato; e
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a

EMGEPRON, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

19.2 - As sanções previstas nos itens a) e c) acima poderão ser aplicadas cumulativamente a do item b, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis;

19.3 - A sanção prevista no item c) poderá também ser aplicada nas hipóteses previstas no artigo 84, da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016;

19.4 - A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não impliquem prejuízo para a EMGEPRON e que não comprometam a continuação da prestação dos serviços;

19.5 - A multa aplicada será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas hipóteses, condições e percentuais subsecutivos:

19.5.1 - 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

19.5.2 - 3% (três por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso injustificado;

19.5.3 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato no caso de inexecução parcial do objeto contratado, que se caracterizará após 8 (oito) dias úteis de atraso na execução dos serviços;

19.5.4 - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato no caso de inexecução total do objeto contratado, que se caracterizará após 15 (quinze) dias úteis de atraso na execução objeto, contados a partir da inexecução parcial contratado; e

19.5.5 - Valor suficiente para pagamento de multa imposta à EMGEPRON por órgãos públicos e/ou reguladores, referente ao não cumprimento de atendimento de prazos legais, quando o fator gerador for causado por problema existente no Sistema e não resolvido a tempo;

19.6 - A multa, que trata a subcláusula **19.5**, será aplicada após regular processo administrativo, e será descontada da garantia do respectivo CONTRATADO;

19.7 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela EMGEPRON, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.;

19.8 - As sanções previstas neste Contrato serão aplicadas administrativamente, independente de interpelação judicial ou extrajudicial;

19.9 - As multas previstas neste Contrato não impedem a EMGEPRON de rescindir o Contrato e de aplicar outras sanções previstas em Lei;

19.10 - A multa referente ao não cumprimento de atendimento de prazos legais, quando o fator gerador for causado por problema existente no Sistema e não resolvido a tempo, terá seu valor integral repassado à CONTRATADA.

CLÁUSULA 20ª – DOS ILÍCITOS PENAIIS

20.1 - As infrações penais tipificadas no artigo 41 da Lei 13.303/16 em C/C o artigo 185 da Lei nº 14.133/2021 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA 21ª – DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

21.1 - serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de rescisão contratual unilateral ou aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização dos serviços no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) interrupção dos meios normais de transportes;
- c) calamidade pública;
- d) acidentes, sem culpa da CONTRATADA, que impliquem retardamento da execução do serviço;
- e) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais;
- f) eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do(s) projeto(s) e especificações, desde que autorizada pela EMGEPRON; e
- g) outros casos que se enquadrem no parágrafo único, do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

21.2 - Qualquer dos motivos acima enumerados deverá ser devidamente justificado pela CONTRATADA perante a EMGEPRON;

21.3 - Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado à EMGEPRON, por escrito, até 24 horas após a ocorrência.

CLÁUSULA 22ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SIGILO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

22.1 - Quando da realização de tratamento de dados pessoais, seja como operador ou controlador, as Partes obrigam-se a atuar no presente instrumento, quer seja através de seus representantes legais, colaboradores ou por terceiros que participem diretamente ou por determinação destes, estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) Lei Federal nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados acerca da matéria, assim como as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores competentes emitidos posteriormente a assinatura deste CONTRATO;

22.2 - As Partes executarão os trabalhos, onde houver tratamento de dados pessoais, a partir das premissas da LGPD, em especial os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação no tratamento dos dados;

22.3 - As Partes concordam que o tratamento de dados pessoais, sempre que necessário, observará que o consentimento do usuário no fornecimento de dados deverá ser livre, informado, inequívoco e relacionado a uma determinada finalidade;

22.4 - As Partes concordam que ao deixar de observar de forma deliberada e por incapacidade técnica os princípios descritos no item **22.2** deste CONTRATO, será responsabilizada legalmente;

22.5 - As Partes se comprometem mutuamente ao cumprimento da LGPD, devendo alterar ou adequar as regras de negócios aplicáveis às premissas da LGPD, sempre que solicitado ou necessário, além de utilizar os serviços seguindo às regras aplicáveis em relação ao tratamento de dados;

22.6 - As PARTES serão obrigadas a manter registro contínuo das operações de tratamento que realizam, especificando prazo, tempo de processamento, segurança, finalidade, sigilo e a base legal que fundamenta o tratamento dos Dados Pessoais. Conforme consta na redação do art. 37 da Lei nº 13.709/2018, o registro terá “extrema importância, quando o processamento se der por interesse do Controlador e Operador – hipótese de dispensa de consentimento, art. 7º, IX, LGPD;

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

22.7 - Por este CONTRATO, as Partes manterão todas as informações que tiver acesso no exercício ou em decorrência de suas atividades, em estrito sigilo e confidencialidade, comprometendo-se a não divulgar, direta ou indiretamente, ativa ou passivamente, qualquer informação a terceiros, sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte, bem como, usará tais informações exclusivamente para o desenvolvimento de suas atividades Objeto deste CONTRATO;

22.8 - As Partes asseguram que medidas técnicas e organizacionais de segurança estão sendo utilizadas para proteger os dados pessoais contra tratamento ilícito e desautorizado e contra vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo;

22.9 - As Partes informarão imediatamente e prestarão toda a colaboração necessária em caso de investigação ou instauração de procedimento administrativo em razão de quebra de segurança, ou suspeita da mesma;

22.10 - As Partes asseguram que quaisquer colaboradores ou prestadores de serviços externos que atuem em conjunto com qualquer dos partícipes na realização dos seus serviços e que venham a ter acesso a dados pessoais cumpram as legislações aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, bem como as disposições do presente documento;

22.11 - Cada partícipe declara expressamente que tem ciência de que será o único e exclusivo responsável por qualquer violação à legislação aplicável em razão de tratamento ilícito e desautorizado de dados pessoais sob seu controle, bem como em caso de vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo de tais informações;

22.12 - O descumprimento por parte da CONTRATADA, seus empregados ou colaboradores, quanto à confidencialidade das informações, implicará sanções de acordo com os parâmetros da Lei n.º 13.709/18.

CLÁUSULA 23ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - O presente Contrato não implica nenhum vínculo de ordem trabalhista entre a EMGEPRON e os empregados da CONTRATADA, que confirma, irrevogável e irretratavelmente, que é legítima prestadora de serviços sem qualquer subordinação à EMGEPRON;

23.2 - Em qualquer demanda judicial e trabalhista, oriunda direta, ou indiretamente do presente Contrato, a CONTRATADA assumirá o polo passivo do mesmo, declarando, desde já, não ter a EMGEPRON quaisquer responsabilidades na(s) lide(s), bem como estar esta última

automaticamente excluída do(s) litígio(s), sendo da inteira responsabilidade da CONTRATADA a discussão do(s) mesmo(s).

CLÁUSULA 24ª – CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATO

Regime de Execução ou Forma de Fornecimento

24.1 - O Regime de execução do objeto desse contrato será Empreitada por Preço Unitário.

CLÁUSULA 25ª – DO FORO

25.1 - Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro para dirimir litígios que se originarem deste Contrato.

CLÁUSULA 26ª – DOS ENDEREÇOS / INFORMAÇÕES

26.1 - As comunicações entre as partes deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

EMGEPRON:

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, Ilhas das Cobras Centro

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20180-001 - Tel.: (21) 3907-1800/1849

Departamento de Obtenção – EGPN-26

Conta-Corrente: 950000-6 Agência: 2234-9 Banco: Banco do Brasil

CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Tel.: (xx) XXXXXXXXXXXX

Banco:XXXXXXXXX Conta Corrente: XXXXXXXXXXXX - Agência: XXXXXXXXXXXX

Contato: XXXXXXXXXXXX e-mail:XXXXXXXXXXXXX Tel.:(xxx)

CLÁUSULA 27ª – DA ASSINATURA ELETRÔNICA

27.1 - Este documento poderá ser assinado eletronicamente através de assinatura eletrônica avançada ou qualificada e produzirá todos os seus efeitos, conforme Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Reconhece-se assim, a plena validade nestes formatos eletrônicos, sendo equiparado a documento físico para todos os efeitos legais que, a assinatura deste documento em meio eletrônico é apta a comprovar autenticidade, autoria, integridade e validade

jurídica do instrumento ora firmado e conferir-lhe pleno efeito legal, como se documento físico fosse.

27.2 - Assim sendo, todas as assinaturas apostas a este instrumento em meio eletrônico, na forma prevista na Cláusula anterior, têm plena validade e são suficientes.

CLÁUSULA 28ª – DOS ORIGINAIS E CÓPIAS

28.1 - O presente Contrato foi encaminhado eletronicamente para a EMGEPRON e para a CONTRATADA a fim de permitir a obtenção de garantia; bem como uma cópia, em extrato, para publicação no Diário Oficial da União.

28.2 - E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todo o ato presente.

EMGEPRON:

AMAURY CALHEIROS BOITE JUNIOR

Vice-Almirante (RM1)
Diretor-Presidente

GUSTAVO PEREIRA PINTO
Contra-Almirante (IM)
Diretor Administrativo-Financeiro

CONTRATADA:

REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHA DA CONTRATANTE:

TESTEMUNHA DA CONTRATADA:

MATRIZ DE RISCO

Descrição Do risco	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação Do risco
Diminuição do número de empregados participantes do Seguro de Vida por motivo de demissão ou desistência do serviço.	Diminuição do lucro do contrato	Planejamento Empresarial	Contratada
Aumento considerável do número de empregados, participantes do Seguro de Vida, em afastamento previdenciário.	Aumento do custo do serviço, uma vez que a empresa arcaria com 100% do valor do prêmio do empregado	Planejamento Empresarial	Contratante
Atraso no início da execução	Risco de haver descontinuidade do serviço	Planejamento Empresarial	Contratada
Não cumprimento das legislações vigentes	As atividades poderiam ser descontinuadas	Planejamento Empresarial	Contratada
Inadimplência	Havendo inadimplência o Seguro poderá ser cancelado, deixando os empregados descobertos	Planejamento Empresarial	Contratante
Não cumprimento dos prazos para pagamento de indenizações	Os beneficiários seriam prejudicados	Planejamento Empresarial	Contratada

Rio de Janeiro, na data da assinatura.

Elaborado por:

GESSÉ LEÃO DE OLIVEIRA
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / CHEFE DA SEÇÃO DE BENEFÍCIOS LEGAIS



MODALIDADE	
PLANILHA DE PROPOSTA	
DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
Seguro de vida em Grupo para Empregados e Membros da Diretoria com Auxílio Funeral em forma de reembolso e Acidentes Pessoais para Estagiários	XXXXXX
VALOR DO CONTRATO (12 meses)	XXXXXX

PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

FORMA DE CONTRATAÇÃO:

- ☐ ORDEM DE COMPRA
☒ CONTRATO

ASSINATURA DO REPRESENTANTE:

DADOS BANCÁRIOS:

TELEFONE:

E-MAIL:

MODELO DE DECLARAÇÃO – ANTINEPOTISMO

PREGÃO ELETRÔNICO – N.º 90054/2024

NUP: 61984.003666/2024-63

DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO (Art. 38º, Parágrafo Único da Lei nº 13.303/2016)

A empresa XXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, declara sob as penalidades cabíveis, em atendimento ao disposto no Edital, que:

a) seus administradores e/ou sócios dirigentes, bem como as pessoas que compõem seu quadro técnico não possuem familiar detentor de cargo comissionado ou função de confiança na EMGEPRON; e

b) fica entendido como familiar, o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

XXXXXXXXXXXXXXXXX, XXX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS

NUP.: 61984.003666/2024-63

LICITAÇÃO N.º 90054/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO

Através do presente instrumento, e na qualidade de representante legal da empresa: XXXXXXXX, ora denominada LICITANTE, venho por meio deste, autorizar a EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS, aqui denominada como CONTROLADORA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.816.487/0001-31, em razão do processo NUP n.º 61984.003666/2024-63, regido pelo Edital de Litação nº 90054/2024, que disponha dos meus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, a fim de possibilitar a efetiva conferência para habilitação no certame em referência, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme disposto neste termo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Dados Pessoais: O Titular autoriza a EMGEPRON a realizar o TRATAMENTO, ou seja, a utilizar os seguintes dados, para os fins que serão relacionados na cláusula segunda:

I - Informações pessoais: número do cadastro de pessoa física (CPF); nome completo; número do telefone celular de contato; endereço de correio eletrônico (e-mail);

II – Informações profissionais e empresariais: se é empreendedor; cargo/função no empreendimento;

CLÁUSULA SEGUNDA - Autorizo o tratamento dos meus Dados Pessoais para as seguintes finalidades:

I - Conferência para atendimento de habilitação do certame em referência;

II - Manutenção de cadastro em banco de dados de licitantes; e

III - Tratamento para Diligências no certame em referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - Direito de Revogação do Consentimento:

I - A representante LICITANTE poderá revogar seu consentimento, a qualquer tempo, por carta eletrônica ou escrita, conforme o artigo 16 da Lei 13.709/2018.

XXXXXXXXXXXXXXXXX, XXX de XXXXXXXXX de XXXX.

De acordo: _____
XX